

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 13

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 13

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 13 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 13) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-759-8 DOI 10.22533/at.ed.598191211 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO 1	1
A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS: EXPLORANDO TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA	
Jessica Aparecida de Oliveira Michelle Fernanda Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5981912111	
CAPÍTULO 2	9
AS ESPECIFICIDADES DOS EDUCADORES DE CRECHE: UM DEBATE SOBRE SABERES E FORMAÇÃO	
Laíse Soares Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5981912113	
CAPÍTULO 3	21
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Francisco Thiago Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5981912114	
CAPÍTULO 4	34
BEM-ESTAR /MAL-ESTAR NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPO GRANDE – MS	
Gisele Aparecida Ferreira Martins Flavinês Rebolo	
DOI 10.22533/at.ed.5981912115	
CAPÍTULO 5	46
LIVRO DA VIDA: MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gabriela Moreira Rabelo	
DOI 10.22533/at.ed.5981912116	
CAPÍTULO 6	61
O BRINCAR E A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A BRINQUEDOTECA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
Tiago da Silva Teixeira Isabella de Oliveira Santos Daphiny Menezes Figueiredo Paola de Castro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5981912117	
CAPÍTULO 7	71
A TECNOLOGIA, COMO ALIADA NA EDUCAÇÃO, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	
José Erildo Lopes Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5981912118	

PARTE 2 - USO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 8	84
AVAS E MOOCS: DIFERENTES ABORDAGENS PARA APRENDIZAGEM ONLINE	
Hércules Batista de Oliveira Jésyka Milleny Azevedo Gonçalves Josilene de Fátima Cardoso Sá Lidiane Gonzaga e Silva Luanna Azevedo Cruz Maria Alice Gomes Lopes Leite	
DOI 10.22533/at.ed.5981912119	
CAPÍTULO 9	91
EDUCAÇÃO: CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NA COMPLEXIDADE DO SÉCULO 21	
Eulalia Arias Spinola	
DOI 10.22533/at.ed.59819121110	
CAPÍTULO 10	102
PROCURANDO NEMO: O FILME COMO FERRAMENTA FACILITADORA NO ENSINO	
Youry Souza Marques Jhennyfer de Oliveira Silva Ghabriel Honório da Silva Karoline Pádua de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.59819121111	
CAPÍTULO 11	109
SATISFAÇÃO DOS ACADÊMICOS QUANTO AS WEBCONFERÊNCIAS DISPONIBILIZADAS PELOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	
Alenice Aliane Fonseca Ronilson Ferreira Freitas Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis Naura Sthocco Silva Nobre Maria Nunes de França Maria Aparecida Pereira Queiroz Betânia Maria Araújo Passos Maria Ângela Lopes Drumont Macêdo Fernando Guilherme Veloso Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.59819121112	
CAPÍTULO 12	118
TELE-EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	
Renata Fernanda de Moraes Márcia Maria Pereira Rendeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121113	

CAPÍTULO 13	132
UM ESTUDO SOBRE AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE ENSINO TÉCNICO EM RELAÇÃO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Aichi da Cruz Martins dos Anjos Márcia Regina Ferreira de Brito Dias (in memoriam)	
DOI 10.22533/at.ed.59819121114	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA, CONHECIMENTOS E A LUTA CONTRA A ALIENAÇÃO	
Silmara A. Lopes Verônica M. Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.59819121115	
CAPÍTULO 15	159
EDUCAÇÃO SEXUAL E A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS DISCENTES DE ENSINO MÉDIO	
Maélen Samara Bento Jaqueline Tavares Ribeiro de Oliveira Rafael Ceolato da Silva Antonio Donizetti Durante Ingridy Simone Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121116	
PARTE 3 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	
CAPÍTULO 16	163
EDUCAÇÃO SEXUAL EM DISCURSO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA	
Karina de Araújo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.59819121117	
CAPÍTULO 17	174
IDENTIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE DE CONCEPÇÕES DOCENTES	
Pedro Henrique Vieira Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121118	
CAPÍTULO 18	185
EDUCAÇÃO: OLHARES SOBRE OS EXCLUÍDOS JOVENS DOS MEIOS POPULARES	
Luzinete da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.59819121119	
CAPÍTULO 19	202
PERCEPÇÃO DE ESTRESSE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES E ALOJADOS	
Maria do Socorro Souza de Araujo Sílvia Maria Melo Gonçalves	

DOI 10.22533/at.ed.59819121120

CAPÍTULO 20 217

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Josinei Vilarino Figueiredo
Kyrleys Pereira Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.59819121121

CAPÍTULO 21 229

PRÁTICA PEDAGÓGICA: ABORDANDO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO ENSINO MÉDIO

Luana Cristina Barbieri da Silva
Weverton Rodrigo Macena de Mendes
Bruno Dalbello da Silva Elias
Fernando Luis de Moraes Rocha
Antonio Donizetti Durante
Ingridy Simone Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.59819121122

CAPÍTULO 22 233

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1997-2014): UM ESTUDO BASEADO EM DISSERTAÇÕES E TESES

Juliane Cristina Ribeiro Borges de Souza
Neusa Elisa Carignato Sposito

DOI 10.22533/at.ed.59819121123

CAPÍTULO 23 242

TRAJETÓRIA E MEMÓRIAS DE JOVENS ADULTOS COM HIV: EXPERIÊNCIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Barbara Regina Firmino

DOI 10.22533/at.ed.59819121124

SOBRE O ORGANIZADOR..... 253

ÍNDICE REMISSIVO 254

EDUCAÇÃO SEXUAL EM DISCURSO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA

Karina de Araújo Dias

Pós Doutora em Educação – UFSC

RESUMO: Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa que resultou em tese de doutoramento focalizando a formação continuada docente, concebida e desenvolvida pela Secretaria Municipal de Ensino (SME) do município de Florianópolis - SC, no período entre 2000 e 2013. Toma como escopo o eixo discursivo da educação sexual materializado pela emergência da implementação de projetos e programas educacionais. Utilizando ferramentas analíticas cunhadas por Michel Foucault, objetivamos identificar que sujeito professor é constituído por meio dos discursos que normatizam a política nacional de formação continuada de professores e a apreensão desse discurso em âmbito municipal. Nessa direção, são eixos de análise prioritários os conceitos de governamentalidade, governo, dispositivo, subjetividade, saber-poder, biopolítica e biopoder. Se pode inferir que os percursos formativos configuram os professores como os principais responsáveis pela implementação dos projetos e programas vinculados com ao eixo discursivo “educação sexual”. Nessa direção analítica, os educadores são agentes de um Estado educador, em favor de um novo governo sobre os corpos de

crianças e de jovens, sendo produzido pela extração de saberes específicos e por um conjunto de técnicas de controle que colocam as ações pedagógicas em um campo de visibilidade pela implementação de programas e projetos educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: políticas de formação continuada de professores, governo, educação sexual, discurso, subjetividade.

SEXUAL EDUCATION IN DISCOURSE IN TEACHING CONTINUING TRAINING: REFLECTIONS ON A PRACTICE

ABSTRACT: This work is an integral part of a research that resulted in a doctoral thesis focusing on continuing teacher education, designed and developed by the Municipal Secretariat of Teaching (SME) of Florianópolis - SC, between 2000 and 2013. It has as its scope the axis discourse of sexual education materialized by the emergence of the implementation of educational projects and programs. Using analytical tools coined by Michel Foucault, we aim to identify which subject teacher is constituted through the discourses that standardize the national policy of continuing teacher education and the apprehension of this discourse at the municipal level. In this sense, the priority axes of analysis are the concepts of governmentality, governance, device, subjectivity, know-power,

biopolitics and biopower. It can be inferred that the formative paths configure teachers as the main responsible for the implementation of projects and programs linked to the discourse axis “sex education”. In this analytical direction, educators are agents of an educating state, in favor of a new governance over the bodies of children and young people, being produced by the extraction of specific knowledge and a set of control techniques that place pedagogical actions in a field of visibility through the implementation of educational programs and projects.

KEYWORDS: policies of continuing teacher education, governance, sex education, discourse, subjectivity.

1 | INTRODUÇÃO

Nosso interesse acerca da constituição de subjetividades docentes articuladas com a emergência do discurso sobre a educação sexual reside na possibilidade de refletir sobre a formação continuada como estratégia de governamento das condutas dos professores. Ensejamos compreender os discursos que articulam as políticas de formação continuada docente, interrogando-os na medida em que são constituidores, ou seja, produzem realidades e, por sua vez, fabricam subjetividades. O entendimento do termo “discurso” obedece aos contornos dados por Foucault (2012c) ao afirmar que os discursos são acontecimentos, na medida em que funções são atribuídas a algo dito em um determinado momento. Nessa perspectiva o discurso deve ser compreendido como uma série de acontecimentos que guardam relações entre si, sendo “acontecimentos discursivos”. Nesse sentido, implica em uma leitura do discurso como monumento e do que

está expressamente dito no dito. Não se trata de procurar sinais de outras coisas e supostas essências que estariam alojadas nos discursos, mas de ‘simplesmente’ ler o que está ali dito e suas relações com outras séries discursivas que estão ao seu redor e que lhe conferem determinados sentidos e eventuais valores de verdade. (VEIGA-NETO; LOPES, 2015, p. 43)

As obras de Michel Foucault inscrevem o discurso em uma possibilidade analítica que permite compreender como os sujeitos são constituídos ou, em outras palavras, apreender uma subjetividade que é produzida por um elemento exterior ao sujeito, o discurso. Nessa esteira, o discurso e a subjetividade são produções descontínuas, plurais e passíveis de transformação, tendo em vista que são constructos históricos.

Importa apreender de que modo as redes de ensino se articulam a esses processos, historicamente construídos, tomando por objeto a experiência da RME de Florianópolis. Embora a investigação focalize a experiência de uma rede de ensino, em particular, analiso as ações inscritas em âmbito nacional, uma vez que os sistemas de ensino operam vinculados às leis nacionais, desenvolvendo-se em um espaço controlado por essas políticas. De acordo com a Proposta Curricular da RME, objetiva-se, com a oferta de formação continuada, a elevação dos índices de

aprendizagem e a qualificação dos processos educativos (FLORIANÓPOLIS, 2008).

As relações de poder produzem as modalidades e os discursos vinculados às práticas formativas e que, por sua vez, gerenciam e determinam as políticas de formação de professores, provocam a necessidade de garantir um espaço de reflexão sobre as articulações entre os percursos formativos e a constituição de subjetividades docentes. Nessa esteira pretendemos operar uma análise que privilegie focalizar “um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação” (FOUCAULT, 1988, p. 113). Colocar sob suspeição o consenso em torno da formação continuada dos profissionais da educação é um exercício que permite problematizar “todo e qualquer sentido consensual, de toda e qualquer concepção partilhada, com os quais estamos habituadas/os; indagar se aquele elemento do mundo [...] é assim tão *natural* nas significações que lhe são próprias” (CORAZZA, 2007, p. 116, grifos da autora) construindo uma reflexão sobre os processos que nos permitem nos constituirmos como docentes da RME. Pretendemos compreender que sujeito professor é produzido pelo dispositivo “formação continuada”, focalizando a experiência da RME de Florianópolis, bem como quais são as estratégias que estão imbricadas nesse processo.

Objetivo compreender o discurso que é imanente ao dispositivo denominado de “formação continuada de professores” e como se configura a apreensão deste pela RME de Florianópolis, na medida em que produz uma subjetividade e constitui determinado sujeito professor.

2 | DISCURSO, SUBJETIVIDADE E GOVERNAMENTO EM MICHEL FOUCAULT

O conceito de dispositivo é um das raras noções “universais” desenvolvidas por Foucault, ou seja, é um conceito operativo, de caráter geral, que designa uma rede que integra elementos de um mesmo conjunto formado por legislações, instituições, poderes, costumes, edificações, saberes e que detém uma função estratégica, objetivando atender à uma urgência ou à uma situação específica, produzindo um efeito (AGAMBEN, 2005). Interessa, portanto, explicitar de que forma compreendemos a noção de dispositivo vinculada com a ideia de formação continuada. Com esse intuito destacamos as palavras de Agamben:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. (AGAMBEN, 2005, p. 13)

Ao nos deixarmos capturar pela formação continuada, apreendendo-a como uma necessidade e até um imperativo para o exercício da docência, somos governados por esse dispositivo e vemo-nos modelados e controlados por ele. Segundo esclarece

Agamben (2005) vivenciamos uma etapa de consolidação do modelo capitalista em que somos permanentemente contaminados por múltiplos dispositivos e que inexistem condições materiais que permitam nos constituir desvinculados de algum dispositivo. Da relação entre os seres vivos e os dispositivos são produzidos sujeitos, por meio de distintos e ilimitados processos de subjetivação, pois,

um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação: o usuário de telefones celulares, o navegador na internet, o escritor de contos, o apaixonado por tango, o não-global, etc. (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Nessa linha de pensamento, a formação continuada, ao operar como um dispositivo historicamente contingente, produz um tipo particular de sujeito, o professor, implicando na construção de legislações, prédios, instituições, concepções (de cunho pedagógico, filosófico, sociológico, entre outros) e discursos específicos. Desse modo, os processos de subjetivação encontram-se sempre vinculados à construção de dispositivos que atendem a necessidades particulares, de modo que,

todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. [...] O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo. (AGAMBEN, 2005, p. 14-15).

Tem-se em vista que o sujeito é algo inventado, fabricado, sendo produto de uma construção materializada pelas práticas discursivas de uma época. Nas palavras de Gregolin (2004):

Para Foucault, o sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente (os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-si). Dispositivos e suas técnicas de fabricação (como a disciplinaridade, por exemplo) constituem o que se entende por *sujeito* (GREGOLIN, 2004, p. 59, grifo da autora).

O aprofundamento teórico sobre as “coisas de governo”, vinculadas ao campo da educação, se inscreve nessa perspectiva, especialmente por se tratar de uma investigação que problematiza a constituição de um sujeito, no interior de um sistema de ensino, por meio do dispositivo “formação continuada”. Interessa, portanto, o exame das “práticas de governo em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política. Portanto, o papel da analítica de governo é o de diagnóstico” (FIMYAR, 2009, p. 37). Outrossim, importa investigar os regimes de verdade que constroem o discurso que sustenta a invenção e a manutenção da formação docente continuada, bem como seus efeitos sobre as práticas pedagógicas. Inscreta em uma racionalidade neoliberal, a formação docente continuada emerge em um contexto em que os percursos formativos são concebidos em termos de capital-competência pelo fato de agregarem

benefícios materiais e simbólicos. Segundo Foucault (2008a) o trabalhador, nesse caso o docente, é proclamado como um *Homo Oeconomicus*, na medida em que ele próprio é o capital “sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008a, p. 311). Desse modo, a formação continuada dos trabalhadores é uma das estratégias que concorre para a ampliação dessa espécie de moeda simbólica.

Por discurso Foucault (2014f) compreende o conjunto composto por enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Gregolin (2004) explicita os quatro critérios pelos quais Foucault define que um dado conjunto de enunciados pertence a um mesmo discurso:

Para pertencer a um mesmo discurso, os enunciados devem: a) estar relacionados a um *mesmo domínio de objetos*; b) devem ser originados por uma mesma modalidade de enunciação para tratar desse domínio comum, colocando em jogo um *conjunto análogo de conceitos e de distinções*; c) um discurso será individualizado pelas *escolhas e estratégias de argumentação* que mobiliza; d) cada discurso define uma *função diferente para o sujeito*, isto é, define *estatutos, posições* que o sujeito pode ocupar (GREGOLIN, 2004, p. 101, grifo meu).

Tem-se em vista que o sujeito pode assumir distintas e complexas funções em um discurso, sendo este, um espaço de confronto que obedece às “regras próprias às práticas discursivas de uma época” (GREGOLIN, 2004, p. 134). O que se entende como “discurso verdadeiro” nada mais é do que uma conformação discursiva específica que expressa uma “vontade de verdade”, sendo mutável ao longo do tempo. Os discursos se sustentam por meio de uma distribuição e de um suporte institucional, não sendo possível escapar a uma certa “ordem do discurso”. Desse modo, o discurso é concebido como uma prática que obedece à regras (GREGOLIN, 2004).

Os discursos, que hoje são concebidos como verdadeiros, com efeito, são produções que adquirem novos contornos ao longo do tempo, sendo cada qual, à sua época, tornados verdadeiros,

de modo que a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde. [...] O passado antigo e recente da humanidade não passa de um vasto cemitério de grandes verdades mortas. (VEYNE, 2014, p. 25, grifos do autor)

A constituição de um discurso encontra-se atrelada ao par saber/poder. Ao estudar a idade clássica, Foucault percebe que o discurso, que normatizaria a distinção entre racional e não racional, normal e anormal, ciência e não-ciência, opera um saber que encontra ressonância em uma vontade de poder. Segundo Veyne (2014) quando o saber e o poder estão “em relação” em um mesmo dispositivo, estes “se auxiliam mutuamente, uma vez que o poder é sábio em seu próprio domínio, o que dá poder a certos saberes.” (VEYNE, 2014, p. 55). Ao se problematizar o dispositivo “formação

continuada”, importa perceber quais efeitos o par saber/poder produz, bem como de que maneira as microrrelações de poder desenham contornos e capilaridades que interferem na dinâmica da formação continuada operada pela SME. Isso posto, elaboramos uma investigação que favoreça uma análise das relações de poder, objetivando “uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (FOUCAULT, 1988, p. 92).

O poder opera na construção de subjetividades, utilizando-se de técnicas de governo que objetivam produzir condutas e promover a condução dessas. Uma das estratégias implicadas nesse processo consistiria no uso das formas jurídicas, na produção de saberes científicos e de conhecimentos de ordem técnica e na estruturação de uma rede composta por distintas instituições com o propósito de vigiar e corrigir, promovendo uma ortopedia social:

É assim que, no século XIX, desenvolve-se, em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos quanto a sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc. (FOUCAULT, 2013b, p. 87)

Foucault sinaliza que, desde o século XVIII, vive-se a “era da governamentalidade” (FOUCAULT, 2012b), sendo o estudo das técnicas de governo um aspecto importante a ser explorado nas pesquisas em educação. Governamentalidade é um termo, cunhado por Foucault, para designar as distintas formas de governar, estando imbricado com a análise das formas de racionalidade e de instrumentalização vinculadas à governamentalidade política, assim como “ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT *apud* CASTRO, 2009, p. 191). Dito de outro modo, a governamentalidade pode ser concebida como o exercício para produzir sujeitos governáveis, por meio da utilização de técnicas de normalização, controle e condução de condutas. Como já salientamos, cabe apreender as estratégias de poder mobilizadas com o propósito de efetuar o governo das ações, na medida em que constroem subjetividades, produzem discursos e produzem saberes.

3 | A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO EIXO DISCURSIVO

A educação sexual é um eixo discursivo que integra a pauta formativa da SME de Florianópolis e se circunscreve à oferta de formação continuada vinculada à implementação de projetos e programas educacionais que contempla recortes diversos e encontra-se indicada no Quadro 1.

Ano	Total	Lócus	
		Centralizado	Descentralizado
2000	03	03	-
2001	02	01	01
2002	14	09	05
2003	12	04	08
2004	17	06	11
2005	07	05	02
2006	07	05	02
2007	11	11	-
2008	18	18	-
2009	04	04	-
2010	05	05	-
2011	05	05	-
2012	06	03	03
2013	04	04	-
Total	115	83	32

Quadro 1: Cursos que focalizam a implementação de programas e projetos educacionais (2000-2013)

Fonte: Registros de planejamento de cursos, Acervo do Centro de Educação Continuada. Florianópolis, 2015.

Elaborado pela autora.

A oferta de cursos de formação continuada, demandada pela implementação de programas e de projetos educacionais de recortes diversos, é um elemento que se destaca ao longo de todo o período pesquisado, embora, seja mais expressivo no período entre 2002 e 2004 e entre 2007 e 2008. Chama a atenção, nos anos 2003 e 2004, o número considerável de cursos promovidos pelas escolas, denotando que a capilaridade que a demanda por essa oferta detém nesses dois anos. Contudo, no período entre 2007 e 2011, se observa a completa ausência de formações descentralizadas com esse recorte, bem como o decréscimo na oferta de formações centralizadas a partir de 2009.

Em relação ao projeto “Educação sexual” indicado nos anos 2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, os cursos focalizam como temas os conceitos de sexo, sexualidade e homossexualidade; aspectos que envolvem a manutenção da saúde sexual e reprodutiva; histórico do conceito de sexualidade, prevenção da violência sexual e doméstica, bem como de doenças sexualmente transmissíveis; construções e relações de gênero; diversidade sexual; direitos sexuais e reprodutivos; mitos, tabus e preconceitos que envolvem a sexualidade, manifestações da sexualidade na infância e adolescência. Grande parte dos cursos congrega a apresentação de relatos

de experiências dos projetos desenvolvidos nas unidades educativas. Os encontros formativos, com este recorte, objetivam:

Sensibilizar educadores à realização de projetos em educação sexual;
Socializar processos, resultados e contradições do trabalho de educação sexual;
Capacitar professores para assumirem nova postura frente à sexualidade
(REGISTROS DE PLANEJAMENTO DE CURSOS, 2002)

Entender a sexualidade como uma construção histórica, política e cultural;
Proporcionar aos educadores reflexões acerca da temática sexualidade, como maneira de se autoconhecer e, assim, compreender as manifestações sexuais dos educandos. (REGISTROS DE PLANEJAMENTO DE CURSOS, 2003)

Pensar estratégias de intervenção na comunidade (REGISTROS DE PLANEJAMENTO DE CURSOS, 2007)

O poder sobre o corpo, entendido como uma materialidade biopolítica, é operado pelo capitalismo no final do século XVIII e início do século XIX (FOUCAULT, 2012b). Nessa direção, a sexualidade infantil e juvenil não deve ser reprimida, contudo, controlada “o sexo das crianças tornou-se ao mesmo tempo um alvo e um instrumento de poder. Foi constituída uma “sexualidade das crianças” específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada” (FOUCAULT, 2012b, p. 348). A sexualidade de crianças e adolescentes é (em) formada por um poder, meio pelo qual se exerce um poder sobre o corpo. Se produz um discurso de controle sobre as práticas e manifestações sexuais em que a normatividade das práticas se constitui uma prisão, operando uma espécie de “disciplina do sexo” (FOUCAULT, 2012b, p. 392). A sexualidade se configuraria como um “dispositivo de sujeição milenar” (FOUCAULT, 2012b, p. 395) em que a análise das práticas e das manifestações sexuais produziria uma “ciência do sexo” (FOUCAULT, 2014a, p. 4).

A oferta de cursos de formação continuada, que objetiva colocar o sexo em discurso, pretende capacitar professores para “interrogar, escutar, decifrar” (FOUCAULT, 2014a, p. 4) em que não se proíbe ou reprime, mas se intervém na forma de uma medida protetiva à uma sexualidade específica de crianças e de adolescentes.

A produção de um discurso institucional sobre o sexo se vincula ao entendimento de que a sexualidade infantil e juvenil dos estudantes é um problema de ordem pública e que precisa ser problematizado pelos sistemas de ensino:

Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo. (FOUCAULT, 1988, p. 34-35)

Desse modo, os cursos de formação continuada produzem um discurso institucional sobre as práticas e manifestações da sexualidade infantil e juvenil normatizado e normalizado. Em outras palavras, os percursos formativos veiculam um discurso “de verdade sobre o sexo” e objetivam fazer circular “um certo discurso razoável, limitado, canônico e verdadeiro sobre o sexo – uma espécie de ortopedia discursiva” (FOUCAULT, 1988, p. 35).

Nessa direção, os cursos, que tomam por objeto a educação sexual, se ocupam em referenciar práticas que produziram um repaginamento das políticas educacionais em que importa estabelecer um conjunto de mecanismos de controle que objetivariam, especialmente, promover a segurança de jovens. Nesses termos, Foucault (2008b) salienta que as intervenções do Estado devem ser mais da ordem de gestão, do que de regulação, por meio da constituição de mecanismos de segurança:

Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança. Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos ou os processos intrínsecos à população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade. (FOUCAULT, 2008b, p. 474)

A gestão da população juvenil se operaria por meio de um conjunto de práticas que articularia um amplo conjunto de instituições e de saberes (médicos, psiquiátricos, pedagógicos) sendo as instituições educativas um território privilegiado de difusão de mecanismos de controle e de produção de saberes sobre a juventude. Os professores, na condição de agentes dessa racionalidade política, precisam ser instrumentalizados para identificar condutas de risco e capacitados para promover ações pedagógicas que possam evitá-las ou minimizá-las tanto quanto possível.

Embora as propostas que embasam o planejamento de cursos vinculados com a implementação de projetos e programas sejam muito distintas, observamos uma regularidade discursiva no que tange dois aspectos centrais: os projetos/programas são pautados a partir da identificação de “situações inconvenientes” a serem enfrentadas e, posteriormente, corrigidas, bem como a implantação/implementação emerge como uma solução que objetiva a resolutividade dos “problemas” que perpassam o cotidiano da escola e fora dela. Nesses termos, urge “capacitar”, “sensibilizar” e “instrumentalizar” o docente para implementar e desenvolver as ações delineadas pelos projetos, a fim de promover a intervenção na realidade, a partir da escola.

Os percursos formativos desenvolvidos sob essa lógica pretendem construir o **sujeito professor** como um interventor a serviço do estado, um coparticipante ativo no planejamento e execução das ações e um parceiro privilegiado na solução de problemas que emergem dentro e fora da esfera educacional. Cabe pontuar que, grande parte dos cursos de formação que objetivam a implementação de projetos e de programas educacionais, se coaduna à constituição de mecanismos de controle, próprios de uma sociedade de segurança. Os percursos formativos, aqui referidos, se

articulam, especialmente, às práticas de saúde e bem-estar, voltadas para um eixo populacional específico, e devem mobilizar o planejamento de práticas pedagógicas em consonância com o estabelecimento de medidas protetivas, voltadas às crianças e adolescentes, estando a escola à serviço de um Estado educador, por meio do governo dos corpos, conforme salienta César (2011):

Para Foucault, a instituição escolar constituiu o paradigma moderno da disciplinarização e do governo dos corpos, pois foi o lugar privilegiado de medidas educacionais, higiênicas e morais destinadas a garantir a saúde física e moral de jovens e crianças. Ao longo do processo de universalização da instituição escolar, configuraram-se diversos processos de intervenção disciplinar e governamental no corpo e na alma das crianças, produzindo-se novas formas de governo dessa população específica. Ao se transformar em forma de governo específico, a educação acabou por configurar o Estado como um ente educador. (CÉSAR, 2011, p. 273)

Se pode inferir que os percursos formativos configuram os professores como os principais responsáveis pela implementação dos projetos e programas com essa finalidade. Nessa perspectiva, os educadores são agentes de um Estado educador, em favor de um novo governo de crianças e de jovens, sendo produzido pela extração de saberes específicos e por um conjunto de técnicas de controle que colocam as ações pedagógicas em um campo de visibilidade pela implementação de programas e projetos educacionais.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo? Outra travessia*, 2º semestre, 2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743>>. Acesso em: 13 out. 2016.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CÉSAR, M.R.A. As novas práticas de governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. In: VEIGA-NETO, A.; BRANCO, G.C. (orgs.) **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CORAZZA, S.M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M.V. (org.) **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação e Realidade, Governamentalidade e Educação**. vol.34, n.2, mai/ago 2009.

FLORIANÓPOLIS. **Proposta Curricular Municipal**. Florianópolis: SME, 2008.

_____. **Registros dos planejamentos de cursos de formação continuada**. Florianópolis: Departamento de Eventos, 2000-2013.

FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012b.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2013b.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014f.

_____. **Ditos e escritos: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, vol. IX.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c, vol. IV.

GREGOLIN, M.R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____; LOPES, M. A alma é deste mundo. In: CARVALHO, A.F., GALLO, S. (orgs.) **Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq "Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia" e membro do Grupo "Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT". Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPA-UFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento institucional 61

Alienação 93, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 196

Animação 102, 103

Anos iniciais 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Aprendizagem 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 28, 30, 36, 38, 39, 43, 48, 50, 52, 53, 57, 59, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 126, 129, 142, 143, 144, 154, 155, 159, 165, 181, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 196, 201, 213, 220, 221, 230, 232

Atitudes 10, 42, 43, 73, 117, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 160, 182, 183, 203, 222, 240, 246

AVAs 84, 85, 86, 87, 89

B

Base Nacional Comum 21, 28, 29, 32, 33

Bem-estar docente 34, 41, 42, 43, 45

Brinquedoteca 6, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

C

Cibercultura 90

Crianças 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 162, 163, 170, 172, 180, 243, 244, 246, 250

C&T 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142

Currículo 8, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 45, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 133, 185, 188, 190, 201, 225, 226, 228, 251

D

Desafios 21, 22, 29, 44, 59, 64, 75, 81, 82, 89, 92, 99, 119, 121, 123, 124, 125, 127, 129, 157, 217, 224, 225, 227, 244, 245, 247

Didática 31, 32, 33, 71, 75, 82, 154, 190

E

Educação a Distância 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 120, 126, 128, 129, 217, 240

Educação infantil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 20, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 82, 157, 246

Educação permanente em saúde 118, 120, 121, 122, 129, 130

Educadores de creche 9, 13

Ensino 2, 10, 11, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 48, 51, 52, 58, 59, 64, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 89, 90, 91,

93, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 170, 174, 183, 187, 189, 193, 195, 198, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 247, 251, 252

Ensino de história 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33

Ensino técnico 132, 133, 134, 142

Espaços físicos 1, 2, 3, 4, 5, 6

Estratégia saúde da família 118, 119

F

Filme 102, 104, 105, 107

Formação 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 44, 45, 50, 55, 57, 59, 63, 64, 69, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 85, 86, 89, 93, 94, 96, 108, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 131, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 181, 186, 187, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 232, 238, 240, 242, 244, 246, 251, 253

I

Identidade 4, 9, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 28, 47, 49, 63, 64, 66, 74, 92, 95, 99, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 219, 225, 251

L

Livro da vida 46, 48, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Ludicidade 61, 66

M

Mal-estar docente 34, 41, 43

Marxismo 145, 158

Memória 27, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 135

Memória mediada 46, 49

MOOCS 86, 87, 90

N

Novas tecnologias 33, 77, 82, 91, 92, 99, 117, 118, 126, 232

P

Pedagogia histórico-crítica 145, 147, 152, 153, 154, 155, 157, 158

Planejamento 10, 17, 18, 19, 20, 38, 50, 62, 69, 73, 75, 77, 82, 91, 93, 98, 99, 100, 122, 124, 126, 169, 170, 171, 172, 194, 223, 239, 253

Professor 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 59, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 114, 115, 135, 142, 143, 154, 155, 160, 161, 163, 165, 166, 171, 180, 182, 190, 198, 199, 220, 221, 223, 226, 229, 230, 231, 238, 253

Professor de educação física 34

R

Recursos didáticos 102, 103, 107, 108, 126, 238

S

Sala de aula 17, 23, 32, 39, 40, 42, 47, 52, 56, 57, 58, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 104, 108, 115, 181, 190, 225, 230, 231

T

Tecnologia 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 96, 99, 100, 101, 120, 130, 132, 135, 136, 142, 143, 144, 159, 229, 230

Telessaúde 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130

Territórios da infância 1

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-759-8



9 788572 477598